



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre



Não fossem guerra e El Niño, IPCA subiria cerca de 4% em 2026

O que está por trás das revisões feitas pelos analistas nos últimos meses para a inflação

De acordo com o boletim Focus mais recente, a mediana das expectativas do “mercado” indica uma alta de cerca de 5% da inflação varejista brasileira em 2026, desacelerando para 4,2% em 2027.

Em janeiro, os analistas esperavam altas do IPCA de 4,3% neste ano e de 4,1% no ano que vem. Vale lembrar que a meta de inflação é de 3%, com um intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 ponto percentual.

O que está por trás dessas revisões para cima? A edição mais recente do Questionário Pré-Copom -um levantamento mais detalhado do que o boletim Focus, enviado pelo BCB aos analistas nas semanas que antecedem as reuniões de política monetária- joga uma luz sobre isso.

Segundo as estimativas de consenso, o conflito no Oriente Médio iniciado no fim de feverei-

ro- e que ainda não foi superado completamente- agregou cerca de 0,7 ponto percentual ao IPCA deste ano.

Caso esse conflito persista e impeça que a cotação do petróleo do tipo Brent recue para cerca de US\$ 80 até dezembro, os analistas apontam que esse impacto inflacionário pode chegar a 0,9 ponto percentual.

Já para 2027, embora não sejam apontadas estimativas pontuais de impacto sobre a inflação, 53% dos analistas indicam que a guerra também causará elevação no ano que vem- refletindo os diversos mecanismos de indexação, formais e informais, de preços e salários, presentes na economia brasileira.

O questionário também indagou os analistas sobre o impacto do El Niño sobre a inflação. Segundo a mediana das expectativas, esse fenômeno climáti-

co- que deverá alcançar a maior intensidade já registrada em cerca de 150 anos- poderá impactar o IPCA em 0,3 ponto percentual em 2026 e em 0,4 p.p. em 2027.

Não obstante, até o momento, os analistas incorporaram apenas parte desses efeitos às suas projeções: 0,2 p.p. neste e no próximo ano.

Portanto, à luz dos números citados acima, é possível apontar que:

1. Não fossem esses dois choques claramente exógenos e desfavoráveis, a inflação brasileira subiria pouco mais de 4% em 2026, bastante abaixo dos 5% projetados atualmente;

2. Praticamente toda revisão para cima para a alta do IPCA entre o começo deste ano e agora adveio destes choques.

Embora diversos analistas considerem que “inflação é inflação”, a literatura teórica e a práti-

ca indicam que a política monetária deve reagir de forma distinta a elevações da inflação, a depender de sua origem.

Tipicamente, no caso de choques de oferta desfavoráveis -como é o caso dos dois fatores descritos acima-, a autoridade monetária idealmente deveria acomodar a alta da inflação cheia nos intervalos de metas e reagir apenas caso esse choque primário gere deterioração da inflação esperada em horizontes mais longos, particularmente da inflação dos núcleos (até quando o BCB continuará não apresentando projeções de núcleos do IPCA?).

Outra opção, que não exclui a possibilidade descrita acima, é alongar o horizonte relevante para a convergência à meta -algo que pode ser adotado caso o choque primário seja muito expressivo e ou haja uma sucessão de choques desfavoráveis-, uma vez que

boa parte dos bancos centrais que operam no regime de metas de inflação não são “inflation nutters”.

Ou seja: os BCs também se importam com a atividade econômica, preferindo ajustes mais suaves a recessões profundas para reancorar a inflação nas metas.

A prescrição acima ganha ainda mais relevância caso se considere algo que muitas vezes é ignorado por parte relevante dos analistas econômicos: a presença da chamada histerese econômica.

Dito de outro modo: desacelerações muito intensas geradas por choques de política monetária podem ter efeitos permanentes sobre o PIB, não afetando negativamente apenas o PIB cíclico mas, também, o PIB potencial.

Vou explorar essa e outras questões associadas aos vários efeitos da política monetária em uma próxima coluna.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas:
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Dívida bruta da Braskem ultrapassa o patamar de US\$ 10 bilhões

/ PETROQUÍMICA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Apesar de a Braskem ter registrado um lucro líquido de US\$ 664 milhões (R\$ 3,3 bilhões) no segundo trimestre de 2026 (resultado superior ao dos três primeiros meses do ano, que foi de cerca de R\$ 1,4 bilhão), a principal empresa petroquímica brasileira também observa o crescimento do seu endividamento.

No seu balanço de janeiro a março, a companhia havia reportado uma dívida bruta de US\$ 9,4 bilhões e, agora, a mais recente informação é de que o saldo da dívida bruta corporativa, em 30 de junho, era de US\$ 10,4 bilhões.

O CEO da Braskem, Hércio Tokeshi, admite que existe a necessidade de realizar uma rees-

truturação financeira. “Esse é um momento importante para olharmos o futuro da Braskem”, sustenta o executivo. Segundo ele, a troca do controle acionário da empresa (atualmente nas mãos da IG4 Capital e da Petrobras) dá início a uma nova fase para o grupo.

O objetivo, destaca Tokeshi, é constituir uma empresa financeiramente sólida para avançar em uma estrutura de capital sustentável. Por sua vez, o CFO da Braskem, Carlos Brandão, afirma que as negociações com os credores da companhia (como bancos e investidores) têm avançado positivamente.

Porém, o dirigente não deu mais detalhes sobre o tema durante a apresentação dos resultados financeiros da Braskem realizada nesta sexta-feira, por meio de teleconferência.

Também não foi confirmado



No segundo trimestre, empresa registrou lucro líquido de US\$ 664 milhões

se a empresa adotará o recurso de uma recuperação extrajudicial para fazer o seu acerto de contas, mas foi reforçado que se busca uma solução consensual.

Particularmente sobre o lucro no segundo trimestre, Brandão explica que o conflito bélico no Oriente Médio implicou a elevação do custo de produção na

Ásia e, com isso, os preços de resinas e químicos foram pressionados positivamente.

Já sobre eventuais impactos do “tarifaço” praticado pelos Estados Unidos, a diretora de Relações com Investidores, Planejamento Estratégico e Inteligência de Mercado Corporativo da Braskem, Rosana Avolio, considera que, do ponto de vista prático, a medida não deve ter impacto material na operação da companhia.

Ela argumenta que, apesar da empresa destinar alguns produtos químicos para o mercado norte-americano, o seu principal foco consiste em atender às demandas do Brasil e de outros países vizinhos.

Quanto a investimentos, a Braskem prevê para ser realizado ao longo de 2026 um aporte de cerca de US\$ 465 milhões (R\$ 2,6 bilhões).